

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ÀS ME'S E EPP'S"**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**PROCESSO Nº 200/2019**

**Objeto: EVENTUAL aquisição de MESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS, GELADEIRAS, FOGÃO, BEBEDOURO E CENTRAIS DE AR,** conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I neste edital.

**Sr. Fornecedor**

**Caso deseje receber informações a respeito do andamento desta licitação, fineza preencher os dados abaixo e encaminhá-los pelo endereço de e-mail: [cpl@caer.com.br](mailto:cpl@caer.com.br).**

<b>PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 02/2020</b>	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Contato:	
Fone:	Fax:
E-mail:	

**Obs.: A não entrega deste comprovante exige esta CPL de eventuais comunicações.**

Caso não haja expediente nesta data, serão recebidas no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2020**

**PROCESSO Nº 200/2019**

**SETOR INTERESSADO: GEA/DPA**

<b>TIPO</b>	<b>MENOR PREÇO.</b>
<b>BASE LEGAL</b>	Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7892 de 23 de janeiro de 2013, pelo Decreto Estadual 4.794-E de 03 de junho de 2002, Decreto Estadual 16.223-E, de 8 de outubro de 2013, Decreto Estadual 17.391-E, de 7 de agosto de 2014, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei complementar 147 de 7 de agosto de 2014 de 14 de dezembro de 2006, e Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), observadas as alterações introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como pelas condições e exigências contidas neste edital e seus anexos.
<b>OBJETO</b>	<b>EVENTUAL aquisição de MESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS, GELADEIRAS, FOGÃO, BEBEDOURO E CENTRAIS DE AR</b> , conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I neste edital.
<b>CREDENCIAMENTO, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO.</b>	
<b>LOCAL DO CERTAME: Rua Melvin Jones, 219 – São Pedro – Bloco B, Sala B4.</b>	
<b>DIA: 26/08/2020</b>	
<b>HORA: 9h (horário local)</b>	
<b>INÍCIO DA SESSÃO</b>	
<b>DIA: 26/08/2020</b>	
<b>HORA: 9h (horário local)</b>	
<b>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL</b>	
- Telefone: (95) 2121 2212 - E-mail: <a href="mailto:cpl@caer.com.br">cpl@caer.com.br</a>	

**HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA CPL/CAERR: das 7h e 30min às 13h e 30min (horário local).**

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME'S E EPP'S"**  
**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL – SRP- Nº 02/2020**  
**TIPO: MENOR PREÇO.**

ntidade com foto do representante legal na sessão;

**3.6.** O represenA **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAERR**, por intermédio de sua Pregoeira, Helionara de Carvalho Ferreira e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** a ser **juizado pelo MENOR PREÇO POR ITEM**, observado as especificações deste edital e seus anexos.

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual 4.794-E de 03 de junho de 2002, Decreto Estadual 16.223-E, de 8 de outubro de 2013, Decreto Estadual 17.391-E, de 7 de agosto de 2014, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei complementar 147 de 7 de agosto de 2014 de 14 de dezembro de 2006, e Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), observadas as alterações introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como pelas condições e exigências contidas neste Edital e seus anexos.

### **1. DO OBJETO:**

**1.1. EVENTUAL aquisição de MESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS, GELADEIRAS, FOGÃO, BEBEDOURO E CENTRAIS DE AR**, conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I neste edital.

### **2. DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** A presente licitação destina-se **EXCLUSIVAMENTE** à participação de MICROEMPRESA – ME e EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**2.2.** Poderão participar da presente licitação toda e qualquer pessoa jurídica enquadrada nos termos do art. 3º Lei Complementar nº 123/2006, o ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos e que atenda todas as exigências do presente Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos com a elaboração e apresentação da proposta;

**2.3.** Somente será admitida a participação neste certame, de pessoas jurídicas enquadradas nos termos do art. 3º Lei Complementar nº 123/2006, que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

**2.4.** Não será admitida a participação na presente licitação de empresas que não se enquadrem nos termos do art. 3º Lei Complementar nº 123/2006 e se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:

a) consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição e que não cumpram o disposto no Art. 9º da Lei 8.666/93;

b) empresas ou sociedades estrangeiras não instaladas no País.

c) pessoas físicas ou jurídicas que estiverem suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar junto à administração;

d) pessoas físicas ou jurídicas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar junto à administração pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

e) Com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;

f) pessoas físicas ou jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

**2.5.** Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços.

**2.3.** A participação no certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** Apenas a participação presencial, através de representante credenciado, permite aos licitantes a prática dos atos de lance, negociação e recurso;

**3.2.** O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto a pregoeira implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao pregão presencial;

**3.3.** Para participação presencial, o sócio, o proprietário, dirigente ou representante da empresa, munido de documento que o habilite, deverá se apresentar para credenciamento junto à pregoeira na data e horário estabelecidos neste edital, devidamente munidos dos seguintes documentos:

**a)** Original ou fotocópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**b)** Declaração original ou fotocópia autenticada, de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/2002, (**modelo no anexo do edital III**), com assinatura compatível com o documento apresentado na letra “a” deste item, ou assinada por quem detenha poderes de representação;



- c) A não apresentação das declarações exigidas no credenciamento, não será motivo para exclusão da licitante, podendo a mesma ser preenchida na fase de credenciamento, devendo ser assinada por quem detenha os poderes de representação (sócio ou procurador);
- d) Declaração de pleno conhecimento e aceitação do edital e seus anexos (modelo no anexo IV do edital);
- 3.3.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original à pregoeira, para a devida autenticação;
- 3.4. Procuração, por instrumento público ou particular, ou documento legal (modelo no anexo II do edital) que comprove seus poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante.
- 3.5. Original e fotocópia do documento de identidade a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada licitante e comparecerá à sessão munida de fotocópia e original do documento de identidade com foto e procuração, conforme item 3.4 deste Edital;
- 3.7. Caso o credenciado seja sócio ou dirigente do licitante, é indispensável que se comprove, na ocasião, ser detentor de poderes que o habilitem a formular lances e praticar os demais atos inerentes ao certame, em nome do proponente, salvo se expressamente comprovados no documento apresentado na letra “a” do item 3.3;
- 3.8. **Os documentos relacionados na letra “a” do item 3.3, deverão ser apresentados obrigatoriamente, sob pena de exclusão do certame;**
- 3.9. Em caso de ausência ou incongruência apenas dos documentos exigidos nos itens 3.6 e 3.7, o licitante não será excluído do certame, contudo concorrerá somente com a oferta constante de sua proposta comercial, ficando impedido da prática de atos de lance, negociação e recurso;
- 3.10. Caso o licitante pretenda utilizar-se dos benefícios concedidos pela Lei Complementar n° 123/2006 para microempresas ou empresas de pequeno porte deverá apresentar os documentos a seguir, juntamente com os exigidos nos itens anteriores;
- 3.11. **Para fins de comprovação da condição de micro ou empresa de pequeno porte, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no Artigo 3° da Lei Complementar 123-2006, as licitantes deverão apresentar declaração de enquadramento da junta comercial e/ou a declaração contida no anexo IX deste edital**, com assinatura compatível com o documento apresentado na letra “a”, do item 3.3 ou assinada por quem detenha poderes de representação;
- 3.12. **Os documentos para credenciamento NÃO deverão ser entregues dentro dos envelopes de proposta e habilitação;**
- 3.13. A ausência de credenciamento não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática dos demais atos inerentes ao certame.

#### 4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos da proposta comercial e de habilitação deverão ser entregues a pregoeira na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa as seguintes informações:

##### Envelope 1

À  
PREGOEIRA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E  
ESGOTOS DE RORAIMA – CAER  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/XX  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº XX/XX  
“PROPOSTA COMERCIAL”  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

##### Envelope 2

À  
PREGOEIRA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E  
ESGOTOS DE RORAIMA – CAER  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/XX  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº XX/XX  
“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

#### 5. PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1. A proposta comercial poderá ser apresentada conforme modelo (**Anexo V**) deste edital, obedecidas às disposições do termo de referência (**Anexo I**), com assinatura compatível com a do documento apresentado na letra “a” do **item 3.3** ou por quem detenha os poderes de representação;
- 5.1.1. Na proposta comercial deverão constar os seguintes elementos:
- a) razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a proposta comercial e nota fiscal), endereço completo, número de telefone, e-mail (se houver) e fax, bem como o nome do banco, número da conta e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos (a ausência desses dados não será motivo para desclassificação da proposta, podendo ser preenchida, durante a sessão, por quem detenha os poderes de representação);
- b) Descrição do objeto licitado com as devidas especificações técnicas, marcas e outros elementos se exigidos no **anexo I (termo de referência)**, de modo a identificar o produto ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
- c) Indicação dos preços unitário e total em moeda corrente do país, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta;



- 5.1.2 O preço total proposto importará na multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos estimados para a contratação de cada item;
- 5.1.3 Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário, do mesmo modo que prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico;
- 5.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, e caso o licitante se omita, presumir-se-á válida pelo prazo acima mencionado;
- 5.3. Consideram-se incluídas na proposta todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à entrega do objeto, como tributos, encargos sociais, frete, seguros, cargas e descargas até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo exclusivamente do licitante vencedor;
- 5.4. A proposta não poderá impor condições ou conter opções;
- 5.5. A Administração não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues ao pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste edital;
- 5.6. Após a abertura das propostas, não será admitido cancelamento, inclusão ou exclusão de documentos, retirada da proposta ou alteração nas suas condições, ficando o licitante sujeito à suspensão ou cancelamento do seu registro, de acordo com as previsões legais, além da inclusão no cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual;
- 5.7. Além das especificações contidas no termo de referência, anexo I deste edital, o produto, bem ou serviço deverá estar de acordo com as normas legais e/ou regulamentares aplicáveis ao setor, devendo sua comercialização ser lícita e regular em território nacional;
- 5.8. Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais licitantes;
- 5.9. É de obrigatoriedade apresentar juntamente com a proposta comercial do fornecedor:
- a) **ficha técnica**, originalmente emitida pelo fabricante, onde deverá constar todas as especificações técnicas do(s) item(s) licitados(s); e
- b) Informar MARCA e MODELO do material ofertado.

## 6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa competitiva, a pregoeira procederá à análise da documentação constante do envelope de habilitação da licitante detentora da proposta de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste edital. Para a habilitação, os licitantes deverão apresentar, sob pena de inabilitação, a seguinte documentação:

**6.1.1. Documentos referentes à Habilitação Jurídica**, conforme o caso:

- a) Para **empresário individual**: **Registro comercial**;
- b) Para **sociedades por ações**: **Última ata de eleição** de seus diretores registrada na junta comercial e cópia do Estatuto arquivado na junta comercial;
- c) Para Sociedades **empresárias ou não empresárias**: cópia do **contrato social** com a última alteração consolidada, ou com todas as alterações que envolvam a razão social, administração da empresa e dos sócios;
- d) CPF e cédula de identidade do proprietário, diretores ou sócios;
- e) Os documentos relacionados nas alíneas “a” a “d” deste subitem não precisarão constar no envelope de “Documentos de Habilitação” **se tiverem sido apresentados para o credenciamento deste pregão**;

**6.1.2. Documentos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista :**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal, tributos federais e à **Dívida Ativa da União**, inclusive contribuições previdenciárias, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da fazenda Federal **PGFN**, conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014;
- d) Certificado de regularidade perante o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão negativa da fazenda estadual;
- f) Certidão negativa da fazenda municipal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei Ordinária 12440, de 07 de julho de 2011, e Resolução Administrativa nº 1.470 de 24 de agosto de 2011 do TST.

**6.1.3. Documentos referentes à Qualificação Econômico-financeira:**

- a) **Balanco patrimonial** constando o termo de **abertura e encerramento** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinadas pelo contador;
- b) Os documentos autenticados na junta comercial deverão vir acompanhados do termo de autenticação, para efeitos de validação;



- b.1) A não apresentação do termo de autenticação não será motivo para inabilitação, desde que seja apresentado à pregoeira, durante a licitação, outro meio que possa ser conferida a veracidade dos documentos;
- c) As licitantes constituídas no presente exercício, obedecidas às formalidades e exigências da lei, deverão apresentar o balanço patrimonial de abertura;
- d) As empresas que permaneceram INATIVAS no último exercício social deverão apresentar Balanço de Abertura do presente exercício, juntamente com a Declaração Negativa de Informações de Pessoa Jurídica (DIPJ) e/ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa (DSPJ), instituída pela IN nº 127/1998/SRF;
- e) As empresas sujeitas à apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado, todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA) e acompanhados do respectivo recibo de entrega e Termo de Abertura e Encerramento.
- f) Certidão negativa de **falência ou concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa Jurídica, consoante inciso II, do Art. 31, da Lei nº 8.666/93.

**6.1.4. Documentos referentes à Qualificação Técnica:**

a) **Atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de materiais semelhantes aos do objeto desta licitação.

**6.1.5. Declarações e Documentos Complementares:**

- a) Declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República, modelo **anexo VI** deste edital;
- b) Declaração de que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes da Companhia de águas e Esgotos de Roraima – CAER, ou responsável pela licitação, conforme disposto no art. 9º, da lei Federal 8.666/93. (**modelo anexo VII do edital**);
- c) Declaração de que não existem **fatos supervenientes** que impeçam sua habilitação e contratação neste processo licitatório, bem como de que não está sofrendo nenhuma sanção promovida por órgão ou entidade pública. (**modelo anexo VIII do edital**);
- d) Declaração de **elaboração independente de proposta**, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009 (**anexo X**).

6.2. Os documentos relacionados nos subitens 6.1.1 e 6.1.2 poderão ser substituídos pelos certificados abaixo, em vigor na data da realização do pregão, desde que expressamente indicados no referido cadastro:

a) Certificado de Registro Cadastral - CRC emitido pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER e/ou certificado emitido por qualquer órgão da administração pública, com exceção do SICAF;

6.3. No caso de não constar, expressamente, nos mencionados cadastros quaisquer documentos exigidos nos subitens 6.1.1 e 6.1.2 ou os mesmos estiverem com os prazos vencidos, o licitante deverá incluí-los no envelope de habilitação;

6.4. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação das informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo;

6.4.1. É facultado a pregoeira consultar a validade possa via internet, desde que, na fase habilitatória, a verificação dos mesmos seja possível;

6.4.2. A possibilidade de consulta prevista no subitem 6.4.1 não constitui direito da licitante e a administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado;

6.5. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena até a data fixada para abertura do pregão;

6.6. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz;

6.7. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição;

6.7.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME e EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial ocorrerá na sessão pública, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização;

6.7.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao pregoeiro;

6.7.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos dois dias úteis inicialmente concedidos.

6.7.4. A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis;

6.8. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para a realização do pregão, sendo que, na hipótese de inexistir nos documentos prazo expresso de sua validade, reputar-se-ão **válidos por 90 (noventa) dias**, contados de sua expedição;



- 6.9. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste título, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação da licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao edital, e cujo ofertante uma vez preenchida as condições de habilitação, será declarado vencedor;
- 6.10. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor;
- 6.11. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditiva da habilitação, observadas as penalidades cabíveis;
- 6.12. A CAER manterá em seu poder, por meio da Comissão Permanente de Licitações–CPL, os envelopes de habilitação dos demais licitantes, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, após a homologação da licitação, devendo as licitantes retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

## 7. DA SESSÃO DO PREGÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 7.1. No dia, hora e local estabelecidos neste edital, na presença dos interessados ou seus representantes legais, a pregoeira instaurará a sessão pública, destinada ao credenciamento dos representantes, ao recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação, e ainda a realização do procedimento licitatório;
- 7.1.1. Após o credenciamento dos participantes o pregoeiro declarará aberta a sessão e receberá dos licitantes a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo do **anexo III**, e os envelopes de proposta comercial e habilitação;
- 7.1.2. A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame;
- 7.1.3. Em seguida, dar-se-á início a abertura dos envelopes de propostas comerciais para classificação;
- 7.1.4. Declarada aberta a sessão pública, não serão credenciados novos licitantes.
- 7.2. **Da Classificação das Propostas:**
- 7.2.1. Após abertas às propostas, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;
- 7.2.2. Será declarada classificada, pelo pregoeiro, a proposta do licitante que ofertar o menor preço, conforme critério de julgamento indicado no preâmbulo deste edital;
- 7.2.3. Dentre as Propostas classificadas no **exame de conformidade**, serão classificadas para a fase de lances verbais, a **Proposta de menor preço e aquelas que tenham os valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) da menor proposta apresentada** (inc. VIII art. 4º da lei 10.520/2002);
- 7.2.4. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três.
- 7.3. **Dos Lances Verbais:**
- 7.3.1. O pregoeiro convidará os licitantes classificados, individualmente e de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;
- 7.3.2. Poderão ser ofertados lances intermediários, na hipótese do ofertante declarar impossibilidade de cobrir o menor preço, que ficarão registrados em ata e servirão, inclusive, para definir a ordenação das propostas, depois de concluída a etapa de lances;
- 7.3.3. A critério da pregoeira poderá ser acordado entre os licitantes participantes da etapa de lances, valor de redução ou percentual mínimo entre os mesmos e tempo máximo para sua formulação;
- 7.3.4. Dos lances ofertados não caberá retratação;
- 7.3.5. Caso o sistema informatizado de realização do pregão não defina automaticamente a classificação de propostas iniciais, em caso de preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;
- 7.3.6. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da continuidade da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas;
- 7.3.7. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, todos os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;
- 7.3.8. Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, ainda que seja a única formulada, e o valor praticado no mercado, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente;
- 7.3.9. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP **até 5% (cinco por cento)** superior a melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006;
- 7.3.10. Ocorrendo a hipótese acima, proceder-se-á da forma descrita nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pregoeira implicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 7.3.11. Caso entenda necessário, o pregoeiro solicitará ao licitante a demonstração detalhada da composição de sua oferta, através de apresentação de planilha, conforme prazo estipulado na própria sessão;
- 7.3.12. Ocorrendo alteração do valor por lote da proposta escrita, o licitante declarado vencedor deverá reapresentar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após encerrada a sessão pública, proposta de preços com os valores readequados.

## 8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 8.1. O critério de julgamento será o de **MENOR VALOR POR ITEM**;



- 8.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito;
- 8.3. A pregoeira poderá recusar propostas cujos valores sejam acentuadamente superiores ao preço estimado;
- 8.4. Se houver apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita;
- 8.5. Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender as exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante, e assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual tenha apresentado proposta;
- 8.6. Sendo aceitável a oferta de **MENOR VALOR POR ITEM** será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado para confirmação das suas condições habilitatórias;
- 8.7. Para efeito de julgamento serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentados;
- 8.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital;
- 8.9. A Pregoeira, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o conteúdo.
- 8.10. Apurada a melhor proposta que atenda o edital, a pregoeira poderá negociar com o proponente para que seja obtido o melhor preço;
- 8.11. Constatando o atendimento pleno às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado VENCEDOR, sendo adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta;
- 8.12. Decididos os recursos ou transcorridos *in albis* o prazo para sua interposição, os envelopes de “DOCUMENTAÇÃO” e “HABILITAÇÃO” dos licitantes não vencedores serão colocados à sua disposição na sede administrativa da CAER, situada a Rua Melvin Jones, 219 – Centro, nesta cidade de Boa Vista – RR, para retirada dentro do período de 15 (quinze) dias; findo tal prazo, os envelopes serão destruídos ou encaminhados sem para o endereço dos licitantes.

## 9. DO RECURSO

- 9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso;
- 9.1.1. Aos licitantes que manifestarem a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso;
- 9.1.2. Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contra razões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente;
- 9.2. O recebimento do recurso e eventuais contra razões deverá ser feito por escrito e protocolizado na sala da CPL – CAER, das 07h30min às 13h30min, na Rua Melvin Jones nº 219, Bairro São Pedro – Boa Vista/RR;
- 9.2.1. Os recursos e as contrarrazões poderão, ainda, ser enviados para o email [cpl@caer.com.br](mailto:cpl@caer.com.br), dentro do horário previsto no item 9.2., devendo seu envio ser previamente comunicado a CPL, através do telefone 95-2121-2212, que acusará o recebimento do documento;
- 9.3. O licitante deverá apresentar as razões do recurso na própria sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo pelo Pregoeiro na respectiva ata;
- 9.4. Após o término da sessão será assegurada vista imediata dos autos a todos os licitantes;
- 9.5. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que reconsiderando ou não a sua decisão, os encaminhará devidamente informados ao Presidente da CAER;
- 9.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso;
- 9.7. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 9.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o presidente da CAER homologará o resultado da licitação.

## 10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. Inexistindo manifestação recursal, a pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório;
- 10.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatados a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente da CAER adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;
- 10.3. Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do pregão com o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços ofertados, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos além de outros registros pertinentes.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



**11.1.** Homologado o resultado da licitação, respeitadas a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a CAER convocará os interessados para, no prazo de cinco dias úteis contados da data do recebimento da convocação, assinar a ata de registro de preços;

**11.2.** Poderá a proposta do licitante ser desclassificada até a assinatura da ata de registro de preços, se tiver a CAER conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação dos licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços;

**11.3.** Após a publicação da ata do registro de preços da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER no jornal de grande circulação e no Diário Oficial do Estado, poderá ser emitida "Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços - AFOS" dentro do prazo de validade do registro;

**11.4.** Poderá utilizar-se da ata de registro de preços qualquer integrante da administração pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a CAER, cabendo à empresa detentora do preço registrado a aceitação ou não do fornecimento, desde que o quantitativo não exceda os quantitativos estipulados no Decreto Federal nº 9.488/2018, observando o prazo da validade da ata;

**11.5.** A ata de registro de preços não obriga a CAER adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência;

**11.5.1.** O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a CAER optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a ata de registro de preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado;

**11.6.** A CAER avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço;

**11.7.** A Ata poderá sofrer revisões e cancelamento dos valores registrados, conforme art. 17 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/93;

**11.8.** Da ata constarão, também, as obrigações da CAER e dos fornecedores.

## **12. DA VIGÊNCIA DA ATA**

**12.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação

## **13. DAS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS**

**13.1.** Os preços registrados se manterão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes;

**13.2.** Os valores revisados serão publicados no Diário Oficial do Estado.

## **14. DA CONTRATAÇÃO**

**14.1.** A administração pública, em regra, escolherá o instrumento contratual mais hábil para contratação. Excepcionalmente, a contratação efetivar-se-á por meio da Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços - AFOS, conforme faculta o § 4º do art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas condições gerais serão as constantes do presente edital;

**14.2.** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666 de 21.06.1993;

**14.3.** As contratações decorrentes deste registro de preços observarão a ordem de classificação e a capacidade de abastecimento dos fornecedores;

**14.4.** Se a empresa declarada vencedora não assinar a Autorização de Compra no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação pela CAER, caducará o seu direito à contratação;

**14.5.** Ocorrendo a hipótese prevista no item 14.4, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes para exame das ofertas subsequentes, observada a ordem de classificação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos da proposta registrada;

**14.6.** A contratada não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o instrumento firmado com a CAER para qualquer operação financeira;

**14.7.** A contratada deverá manter, durante a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**14.8.** A contratação decorrente desta licitação poderá ser rescindida, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que a contratada, por isso, tenha direito a qualquer reclamação ou indenização, salvo o executado até o momento da rescisão;

**14.9.** A rescisão contratual provocada pela inadimplência da contratada acarretará aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

## **15. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/MATERIAIS**

**15.1.** De acordo com o termo de referência, anexo I deste edital.



## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. De acordo com o termo de referência, anexo I deste edital.

## 17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos providências ou impugnar o presente instrumento convocatório, devendo ser protocolado o pedido, somente na sala da CPL/CAER, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, observando o horário de expediente desta empresa (das 7h30min às 13h30min);

17.2. A apresentação da impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e prazos previstos no regulamento da licitação na modalidade de pregão, devendo ser encaminhado à pregoeira, na de administrativa da CAER, na Av. Melvin Jones, 219 – São Pedro;

17.3. No prazo legal, a CPL decidirá sobre a impugnação;

17.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados e demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (95) 2121.2212.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O termo de referência e seus anexos farão parte integrante do processo licitatório, em qualquer modalidade eleita, independentemente de transcrição;

18.2. É facultada a CPL/CAER ou autoridade superior, em qualquer fase do processo licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

18.3. Fica assegurada a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima o direito de no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o processo licitatório, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;

18.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo licitatório;

18.5. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL/CAER;

18.6. Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do termo de referência deverá ser encaminhado à CPL/CAER, por escrito, até 02 (dois) dias úteis antes do prazo estipulado para início do certame licitatório;

18.7. São partes integrantes e inseparáveis do presente edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – (modelo) Credenciamento;
- Anexo III – (modelo) Declaração de atendimento às condições de habilitação;
- Anexo IV – (modelo) Declaração de pleno conhecimento e aceitação dos termos do edital e seus anexos;
- Anexo V – (modelo) Proposta comercial;
- Anexo VI – (modelo) Declaração de menor empregado;
- Anexo VII – (modelo) Declaração de que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes da CAER;
- Anexo VIII – (modelo) Declaração de fato superveniente;
- Anexo IX – (modelo) Declaração de microempresa e/ou empresa de pequeno porte;
- Anexo X – (modelo) Declaração de elaboração independente de proposta;
- Anexo XI – Minuta da ata de registro de preços;
- Anexo XII – Minuta de contrato;

18.8. Cópia deste Edital desta licitação estarão à disposição dos interessados na Rua Melvin Jones, 219, São Pedro, Boa Vista - RR.

18.9. Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Boa Vista, 11 de agosto de 2020.

**Helionara de Carvalho Ferreira**  
Pregoeira CPL/CAER



**PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 02/2020**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1 - **EVENTUAL** aquisição de **MESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS, GELADEIRAS, FOGÃO, BEBEDOURO E CENTRAIS DE AR**, para suprir os setores e possibilitar o funcionamento eficiente desta Companhia nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando promover a qualidade de vida dos funcionários e usuários.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1 - O presente Termo de Referência justifica-se pela necessidade de aquisição e substituição de novas mesas, cadeiras, armários, geladeira, purificadores e centrais de ar, para suprir os diversos setores da sede desta companhia inclusive as agências e subagências do interior, sobretudo os locais de atendimento ao público para proporcionar aos nossos clientes internos, externos e colaboradores um melhor conforto, comodidade, segurança e qualidade dos serviços oferecidos;

2.2 - Para o cumprimento da lei complementar nº 147/2014 da administração pública, a licitação será destinada exclusivamente às MEs/EPPs, tendo em vista que cada item não supera o valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), conforme disposto no art. 48, inciso III da lei complementar 123/2006.

**3. ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**

3.1 O material deverá atender no mínimo as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTD.	Valor Médio Unitário (R\$)	SUB-TOTAL MÉDIO (R\$)
1	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO PRESIDENTE, COM APOIO DE BRAÇOS, COM ASSENTO E ENCOSTO ALMOFADADOS, COM ALTURA REGULÁVEL A GÁS, REVESTIDA EM TECIDO NA COR AZUL, APOIADA SOB BASE GIRATÓRIA TIPO ARANHA EM AÇO COM RODINHAS. 	UN.	20	678,33	13.566,60
2	CADEIRA TIPO LONGARINA FIXA DE 3 LUGARES EM POLIPROPILENO INJETADO, NA COR AZUL, ESTRUTURA EM AÇO CROMADO, MEDINDO 1415L x 82A x53P APROXIMADAMENTE. 	UN	20	688,33	13.766,60
3	CADEIRA DE ESCRITÓRIO TIPO SECRETÁRIA, BASE FIXA, REVESTIDA EM TECIDO, NA COR AZUL. 	UN	30	168,33	5.049,90
4	CADEIRA TIPO SECRETÁRIA EXECUTIVA GIRATÓRIA, COR AZUL, C/ BRAÇOS REGULAVÉIS E REGULAGEM DO ASSENTO. 	UN	25	410,67	10.266,75
5	CADEIRA FIXA, COM APOIO DE BRAÇOS, COM ASSENTO E ENCOSTO ALMOFADADO, REVESTIDA EM TECIDO NA COR AZUL. APOIADA SOB BASE FIXA CONSTITUÍDA POR UMA ESTRUTURA CONTÍNUA EM BALANÇO, CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO, COM SECÇÃO CIRCULAR DIÂMETRO DE 1”, SENDO QUE A PARTE INFERIOR DA ESTRUTURA EM BALANÇO CONTEM QUATRO SAPATAS DESLIZANTES INJETADAS EM POLIPROPILENO PARA TUBO CIRCULAR 	UN	15	443,33	6.649,95



6	CADEIRA DE ESCRITÓRIO TIPO SECRETÁRIA, BASE EM AÇO INOX TIPO ARANHA, REVESTIDA EM TECIDO, NA COR AZUL. 	UN	40	399,00	15.960,00
7	ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO EM AGLOMERADO MDB REVESTIDA EM FÓRMICA LAMINADA NA COR AZUL, COM DUAS PORTAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,93CM DE ALTURA, 80CM DE LARGURA E 40CM DE PROFUNDIDADE, EQUIPADO COM FECHADURA. 	UN.	15	640,00	9.600,00
8	ARMÁRIO MISTO PARA ESCRITÓRIO EM AGLOMERADO MDB REVESTIDA EM FÓRMICA LAMINADA NA COR AZUL, COM DUAS PORTAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,60CM DE ALTURA, 90CM DE LARGURA E 40CM DE PROFUNDIDADE, EQUIPADO COM FECHADURA. 	UN.	15	562,67	8.440,05
9	ESTANTE EM AÇO, NA COR AZUL, 2,00M DE ALTURA, 92CM DE LARGURA, 30CM DE PROFUNDIDADE, 45KG APROXIMADAMENTE. 	UN.	30	415,00	12.450,00
10	ARMÁRIO EM AÇO 02 PORTAS, 04 PRATELEIRAS REGULÁVEIS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,93 DE ALTURA, 0,80CM DE LARGURA, 0,40CM DE PROFUNDIDADE APROXIMADAMENTE, EQUIPADO COM FECHADURA. 	UN	10	714,00	7.140,00
11	ARQUIVO EM AÇO, NA COR AZUL, COM 04 GAVETAS, MEDINDO 1,3M DE ALTURA, 0,47CM DE LARGURA, 0,57CM DE PROFUNDIDADE PROXIMADAMENTE, EQUIPADO COM FECHADURA. 	UN	10	716,33	7.163,30
12	GAVETEIRO VOLANTE C/ 2 GAVETAS PARA ESCRITÓRIO + 1 GAVETA PARA PASTA SUSPensa, COM RODIZIOS NA COR AZUL/CINZA. 	UN	15	466,00	6.990,00
13	ARQUIVO EM AÇO, 7 GAVETAS, PARA FICHAS 5X8, MEDINDO EXTERNAMENTE 50CMX70CMX133 	UN	03	1.716,67	5.150,01

14	ARMÁRIO BAIXO, 2 PORTAS COM 01 PRATELEIRA FIXA, 01 FECHADURA CILINDRICA C/CHAVES E 2 PUXADORES EM PVC, NA COR AZUL/CINZA.		UN	15	361,67	5.425,05
15	ARMÁRIO TIPO ARQUIVO EM AGLOMERADO MDB REVESTIDA EM FÓRMICA LAMINADA NA COR AZUL,, COM QUATRO GAVETAS COM FECHADURA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,33CM DE ALTURA, 0,47CM DE LARGURA E 0,57CM DE FUNDO APROXIMADAMENTE.		UN.	15	761,00	11.415,00
16	MESA PARA ESCRITÓRIO COM TAMPO EM AGLOMERADO MDB REVESTIDA EM FÓRMICA LAMINADA NA COR AZUL, MONTADA SOBRE ESTRUTURA METÁLICA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,50CM DE COMPRIMENTO, 0,75CM DE ALTURA, 0,60CM DE LARGURA, COM TRÊS GAVETAS, COM FECHADURA.		UN.	60	416,00	24.960,00
17	MESA DE ESCRITÓRIO PARA IMPRESSORA, MEDINDO 70X50, COR AZUL/CINZA, COM ESTRUTUTA DE AÇO CARBONO E TAMPO DE MDF.		UN	15	250,00	3.750,00
18	MESA DE REUNIÃO PARA 06 LUGARES,COM TAMPO EM AGLOMERADO MDB REVESTIDA EM FÓRMICA LAMINADA NA COR AZUL,, MEDINDO 2,00M, 75CM DE ALTURA, 90CM DE LARGURA,PO DE 18MM, NA COR AZUL, APROXIMADAMENTE.		UN	20	655,00	13.100,00
19	GELADEIRA, 240 LITROS, FROST FREE 110 VOLTS, COR BRANCA CLASSIFICAÇÃO "A".		UN	15	2.298,67	34.480,05
20	BEBEDOURO/PURIFICADOR DE ÁGUA ELÉTRICO, 127V, TIPO DE PAREDE, COR BRANCA, COM DUAS SAÍDAS DE ÁGUA (GELADA E NATURAL), MARCA IBBL OU SIMILAR, CLASSIFICAÇÃO "A".		UN	05	833,33	4.166,65
21	CENTRAL DE AR 12.000 BTU'S, TECNOLOGIA INVERTER, VERSÃO FRIO, TENSÃO 220 VOLTS, COMPRESSOR ROTATIVO, COR DO PAINEL BRANCA OU GELO, COM FILTRO BACTERIANO. DEVE POSSUIR SELO PROCEL COM CLASSIFICAÇÃO "A" NO CONSUMO DE ENERGIA E CERTIFICADO DO INMETRO, AJUSTE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA ASSEGURANDO A TEMPERATURA IDEAL DO AMBIENTE, APARELHO LIGADO O MENOR TEMPO POSSÍVEL ATÉ GARANTIR A TEMPERTURA IDEAL. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. DEVE INCLUIR, 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, 01 CONDENSADOR, 01 EVAPORADOR E 01 CONTROLE REMOTO SEM FIO, COM DISPLAY DE CRISTAL LIQUIDO, FUNÇÕES FAN, SLEED, AMART E SWING.		UN	20	2.110,00	42.200,00



22	CENTRAL DE AR 18.000 BTU'S, TECNOLOGIA INVERTER, VERSÃO FRIO, TENSÃO 220 VOLTS, COMPRESSOR ROTATIVO, COR DO PAINEL BRANCA OU GELO, COM FILTRO BACTERIANO. DEVE POSSUIR SELO PROCEL COM CLASSIFICAÇÃO "A" NO CONSUMO DE ENERGIA E CERTIFICADO DO INMETRO, AJUSTE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA ASSEGURANDO A TEMPERATURA IDEAL DO AMBIENTE, APARELHO LIGADO O MENOR TEMPO POSSÍVEL ATÉ GARANTIR A TEMPERATURA IDEAL. GARANTIA MINÍMA DE 12 (DOZE) MESES. DEVE INCLUIR, 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, 01 CONDENSADOR, 01 EVAPORADOR E 01 CONTROLE REMOTO SEM FIO, COM DISPLAY DE CRISTAL LIQUIDO, FUNÇÕES FAN, SLEED, AMART E SWING.	UN	10	3.093,33	30.933,30
23	CENTRAL DE AR 24.000 BTU'S, TECNOLOGIA INVERTER, VERSÃO FRIO, TENSÃO 220 VOLTS, COMPRESSOR ROTATIVO, COR DO PAINEL BRANCA OU GELO, COM FILTRO BACTERIANO. DEVE POSSUIR SELO PROCEL COM CLASSIFICAÇÃO "A" NO CONSUMO DE ENERGIA E CERTIFICADO DO INMETRO, AJUSTE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA ASSEGURANDO A TEMPERATURA IDEAL DO AMBIENTE, APARELHO LIGADO O MENOR TEMPO POSSÍVEL ATÉ GARANTIR A TEMPERATURA IDEAL. GARANTIA MINÍMA DE 12 (DOZE) MESES. DEVE INCLUIR, 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, 01 CONDENSADOR, 01 EVAPORADOR E 01 CONTROLE REMOTO SEM FIO, COM DISPLAY DE CRISTAL LIQUIDO, FUNÇÕES FAN, SLEED, AMART E SWING.	UN	08	4.836,67	38.693,36
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					<b>331.316,57</b>

#### 4. DO VALOR ESTIMADO

4.1 - O valor estimado para esta eventual aquisição é de **R\$ 331.316,57 (Trezentos e trinta e um mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme cotação realizada pela Divisão de Compras – DCOMP/CAER;

4.2 - Os valores aqui registrado serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, exceto na hipótese devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do Art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

#### 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da eventual aquisição do material constante deste Termo de Referência, correrão à conta dos recursos próprios da CAER, consignados no Orçamento da Companhia para o exercício de **2020**;

5.1.2 – programa: **20501.17512492.181.003-812/001** Em exercícios futuros, as despesas com a eventual aquisição objeto deste Termo de Referência, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

#### 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E JULGAMENTO DA SELEÇÃO DA PROPOSTA

6.1 - Para a presente licitação, será adotado o critério de julgamento de "**MENOR PREÇO POR ITEM LICITADO**", para fins de seleção das propostas no certame licitatório;

6.2 - **FICHA TÉCNICA**, originalmente emitida pelo fabricante, onde deverá constar todas as especificações técnicas do(s) item(s) licitados(s); e

6.3 **PROPOSTA COMERCIAL**, onde deverá constar MARCA/MODELO do material cotado, o qual será licitado e fornecido à CAER.

#### 7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 - As empresas licitantes deverão apresentar, no ato do certame licitatório, o seguinte:

a) **ATESTADO de CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de materiais semelhantes aos do objeto desta licitação;

#### 8. DA VIGÊNCIA

8.1 - O prazo de vigência do Instrumento Contratual a ser celebrado entre as partes, para execução do fornecimento aqui proposto, será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato. Podendo este ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93.

#### 9. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante e as justificativas adequadas à situação.



#### 10. RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A rescisão do contrato ocorrerá motivadamente e com fundamento nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, e se dará com observância nos artigos 79 e 80 da mesma norma; e

10.1.1 - No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados; e

10.2 - No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, que após formalmente intimada, terá o prazo decadencial de **05** (cinco) dias úteis para manifestação.

#### 11. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

11.1 - O material deverá ser entregue, no prazo máximo de **30** (trinta) dias corridos, a contar do recebimento a contar do recebimento **da AFOS – Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços** pela Empresa vencedora;

11.2 – Em caso de imprevistos por parte da CONTRATADA, que venham a impossibilitar a entrega do material dentro do prazo previsto, a mesma deverá solicitar, em tempo hábil, uma prorrogação do referido prazo. Essa solicitação deverá ocorrer dentro do prazo inicial, e com tempo suficiente para que esta Companhia, por intermédio dos seus setores competentes, possa analisar o caso e emitir o parecer pertinente, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item **14** do presente Termo de Referência; e

11.2.1 - Caso o pedido de prorrogação de prazo para a entrega do material seja feito intempestivamente, ou sem a devida justificativa e comprovação, o mesmo será indeferido. Inclusive, se o mesmo der entrada nesta Companhia após o encerramento do prazo inicial;

11.3 - O material deverá ser entregue no Almoxarifado da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - **CAER**, no horário das 07:30h às 13:00h, sito à Rua Melvin Jones nº 219, bairro São Pedro, na cidade de Boa Vista-RR, Telefone (95) 2121-2263; e

11.4 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, todos os custos e trabalhos inerentes ao transporte e desembarque - logística em geral, envolvendo a entrega do material, até que o mesmo seja descarregado no Almoxarifado desta Companhia e tenha seu devido recebimento efetivado.

#### 12. DA GARANTIA DO PRODUTO

12.1 - O material em questão deverá apresentar garantia conforme indicado na especificação do item, devendo a mesma ser a contar da data da entrega; e

12.2 – O material deverá ser novo e, isento de qualquer defeito de fabricação, avarias, sinais de uso, corrosão, ou qualquer outro aspecto que demonstre comprometer sua durabilidade, resistência e empregabilidade.

#### 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 - Fornecer o material conforme estabelecido nos itens **3, 11 e 12** do presente Termo de Referência, o qual deverá atender ao padrão de qualidade mínima;

13.2 - Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da **CAER**;

13.3 - Responder por qualquer dano causado diretamente aos bens de propriedade da **CAER**, quando esse tenha sido ocasionado por seus funcionários durante a entrega do material constante do presente Termo de Referência;

13.4 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, qualquer anormalidade referente ao fornecimento do material, prestando os esclarecimentos julgados necessários com a maior brevidade e clareza possível, sempre por escrito e através de documentação própria para esse fim;

13.5 – Descarregar o material no Almoxarifado da **CAER**, de forma a facilitar o recebimento e a conferência dos mesmos;

13.6 - Substituir os itens, que venham apresentar algum defeito quando da entrega, em até **10** (dez) dias úteis; e

13.7 - Os custos da substituição do material rejeitado correrão, exclusivamente, por conta da Contratada.

13.8 - A contratada deverá apresentar preposto responsável pela execução do contrato;

13.9 - A empresa deverá indicar um endereço eletrônico email para contato, sendo exclusiva responsabilidade informar a CAER, qualquer mudança que possa influenciar no contratado.

#### 14. DAS PENALIDADES

14.1 - A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso não justificado na execução do Instrumento Contratual, sem prejuízo da rescisão unilateral e de outras sanções previstas na Lei 8.666/93, às sanções administrativas previstas nas seguintes hipóteses:

14.1.1 - Advertência por escrito; e

14.1.2 - 5% (cinco por cento) sobre o valor da **AFOS**, por atraso na execução do objeto contratual quando superior a **10** dias, contados a partir do término do prazo estabelecido no item **10.1** do presente Termo de Referência.

14.2 - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Contratação não realizado, no caso de:

14.2.1 - Atraso superior a **30** (trinta) dias, no cumprimento das obrigações pactuadas no Instrumento Contratual, a partir da assinatura do mesmo;



14.2.2 - Desistência da Contratação; e

14.2.3 - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Contratação, caso a CONTRATADA venha a dar causa à rescisão contratual, sem prejuízo das ações cíveis ou criminais aplicáveis à espécie.

14.3 - A suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a CONTRATANTE por um período não superior a 02 (dois) anos.

14.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CAER enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.5 - Os valores das multas mencionadas neste item serão descontados de qualquer fatura ou crédito da CONTRATADA em favor da CONTRATANTE; e

14.6 - As penalidades estabelecidas neste item poderão ser suspensas em face de casos fortuitos, ou de força maior, desde que devidamente justificadas e comprovadas.

## 15. FORMA DE PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, com atesto da mesma na fiscalização da SEFAZ (Secretaria da Fazenda) acompanhada das seguintes certidões abaixo relacionadas:

a) Nota Fiscal e/ou Fatura dos Documentos do(s) produto(s) entregue(s), acompanhadas das respectivas Notas de Fornecimento;

b) Prova de Regularidade com o FGTS (CRF) – Certidão de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal dentro de seu período de validade;

c) Prova de Regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;

d) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011), em validade.

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto Federal nº 5.512 de 15/08/2005, admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade;

f) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do proponente, em validade;

g) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatranparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatranparencia.gov.br/ceis));

h) Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

15.1.1 – Lista de Inidôneos, mantida pelo tribunal de Contas da União – TCU;

15.1.2 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

Somente após aprovação/atesto do material pelo Fiscal do Contrato e/ou comissão para esse fim designada, o mesmo será efetivado no prazo de 30 (trinta) dias;

15.2 - O pagamento será creditado em favor da Empresa contratada através de ordem bancária, devendo para isto, ficar explicitado na proposta os dados bancários, bem como: nome do titular, nome e código do banco, número da agência bancária e número da conta corrente, na qual deverá ser efetivado o crédito após a aceitação do material; e

15.3 - Fica desde já, reservado à CAER, o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da entrega e aceitação do material, este não estiver de acordo com as especificações estabelecidas no Instrumento Contratual e AFOS – Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços;

15.4 - No valor apresentado na proposta já deverá está incluído todos os tributos, contribuições e demais encargos que incidam ou venham a incidir na execução do objeto, os quais são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

15.5 – As Certidões emitidas e entregues deverão está válidas na data da emissão da nota fiscal apresentada.

## 16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 - Permitir o acesso dos funcionários da Empresa vencedora às dependências da CAER, para a entrega do material;

16.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da Empresa vencedora;

16.3 - Comunicar à Empresa vencedora sobre qualquer irregularidade quanto ao fornecimento do material;

16.4 - Através da Divisão de Almoxarifado - DAL/CAER, receber o material constante da Nota Fiscal e AFOS, devendo na oportunidade confirmar o recebimento junto ao Fornecedor;

16.5 - O CERTIFICO/ATESTO, constante no verso da respectiva Nota Fiscal, será assinado pelo Chefe da Divisão de Almoxarifado - DAL/CAER. Ocasão em que o mesmo estará afirmando que, o material está de acordo com o licitado, contratado e requisitado junto à empresa vencedora;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019

Folha nº \_\_\_\_\_

Rubrica: \_\_\_\_\_

16.6 - Efetuar o pagamento a(o) Contratada(o) de acordo com o item 14 do presente Termo de Referência;

16.7 - Solicitar substituição do item que venha apresentar algum defeito dentro do prazo de garantia.

#### 17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1 - A gestão da Contratação ficará a cargo do Gerente da Gerência Administrativa - GEA/CAER e, o acompanhamento e a fiscalização ficarão sob a responsabilidade do Chefe da Divisão de Patrimônio, Protocolo e Arquivo - DPA/CAER;

17.2 - O Chefe da Divisão do Patrimônio, Protocolo e Arquivo - DPA/CAER, será o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do respectivo Instrumento Contratual, nos termos do artigo 67, da Lei Federal n. 8.666/93, entre outras atribuições. Devendo anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à Contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; e

17.3 - Quando as decisões e as providências ultrapassarem a sua alçada de competência deverá o Fiscal da Contratação, solicitar aos seus Chefes imediatos, em tempo hábil, a adoção das medidas necessárias.

#### 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - O presente Termo de Referência fará parte integrante do Processo Licitatório, independentemente de transcrição de prazo;

18.2 - É facultada à CPL/CAER e/ou à autoridade superior competente, em qualquer fase do processo licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo;

18.3- O material descrito neste Termo de Referência, será solicitado mediante AFOS – **Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços**, conforme as necessidades desta Companhia; e

18.4 - A troca do material em questão deverá ser realizada, caso, alguma embalagem apresente qualquer sinal que esteja em desacordo com o estabelecido nos itens **3, 10 e 11** do presente Termo de Referência, dentro do prazo de garantia.

18.5 - A contratante nomeia o Foro de Boa Vista/RR, endereço da sede desta companhia, para dirimir quaisquer demandas contratuais.

#### 19. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1 - O presente Termo de Referência foi elaborado pelo signatário, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando de acordo as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e no caso de concordância, ser aprovado pela Diretoria Administrativa e Financeira integrado ao Processo Administrativo.

Boa Vista – RR, 24 de Junho de 2020

**Mª F. PRISCILA O. BARROS**

Gerente Administrativa  
GEA/CAER

.....  
**SILVIA ELIANE MOREIRA SILVA**

Chefe/Divisão de Patrimônio, Protocolo  
e Arquivo DPA/CAER

**APROVO:** de acordo com o Art. 8º, inciso II do Decreto nº 3.555/00.

...

.....  
**THIAGO FERNANDES AMORIM**  
Diretor Administrativo e Financeiro – DAF/CAER

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2020**  
**ANEXO II – (MODELO) CREDENCIAMENTO**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade n.º ..... e CPF n.º ....., como representante da empresa....., CNPJ n.º ....., para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

....., ..... de ..... de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela empresa  
Nome do responsável pela empresa  
(Com firma reconhecida em cartório)

**Obs.: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.**

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2020**

**ANEXO III – (MODELO) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrito n CNPJ n. \_\_\_\_\_  
sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)  
\_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº  
\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que **cumpr** plenamente os requisitos de habilitação do  
processo licitatório em epígrafe, em atenção ao art.4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

..... de ..... de 2020.

Assinatura do responsável pela empresa  
Nome do responsável pela empresa

Obs: Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa, ou papel timbrado contendo todos os dados da empresa.

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2020**  
**ANEXO IV – (MODELO) DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DOS**  
**TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara para os devidos fins, que tem total conhecimento do Edital e seus anexos, bem como, todas as informações e condições necessárias para o cumprimento das obrigações objeto deste **Pregão Presencial – SRP nº 02/2020** e que está de pleno acordo com o mesmo.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

..... de ..... de 2020.

Assinatura do responsável pela empresa  
Nome do responsável pela empresa

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2020**  
**ANEXO V – (MODELO) PROPOSTA COMERCIAL**

Objeto: EVENTUAL aquisição de **MESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS, GELADEIRAS, FOGÃO, BEBEDOURO E CENTRAIS DE AR**, conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I neste edital.

Razão Social:				
CNPJ:				
Endereço:	Nº	Bairro:	Cidade:	CEP:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

Telefone:	Fax:	E-mail:
Banco:	Nome e nº da agência:	Conta Bancária:

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL
1 à 23	DESCREVER O MATERIAL OFERTADO E CONFORME ITEM 03 DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO DO EDITAL.					
Valor total da proposta R\$.....(por extenso)						

bem como quaisquer outras que se fizerem necessárias, serão de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora.

- É de obrigatoriedade constar na proposta comercial do fornecedor no ato da licitação a MARCA e MODELO dos materiais cotados, os quais serão licitados e fornecidos à CAER;
- Apresentar juntamente com a proposta, FICHA TÉCNICA, originalmente emitida pelo fabricante, onde constem todas as especificações técnicas dos respectivos ITENS.

Local, data

Assinatura/nome do responsável pela empresa

**PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 02/2020**  
**ANEXO VI – (MODELO) DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO**

(Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**Ref.: Pregão 02/2020.**

(nome da empresa), CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a).  
(nome do representante), portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do  
disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de  
27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e  
não emprega menor de dezesseis anos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura do responsável pela empresa  
Nome do responsável pela empresa

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2020**  
**ANEXO VII – (MODELO) DE DECLARAÇÃO QUE OS SÓCIOS NÃO FAZEM PARTE DO QUADRO**  
**DA CAERR**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

Declaro sob as penas da Lei que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, na qualidade de proponente do procedimento licitatório supracitado, não possui em seu quadro societário, servidores ou dirigentes da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAERR, ou responsável pela licitação, conforme disposto no art. 9º, da lei Federal 8.666/93.

**Local e data.**

\_\_\_\_\_  
**Responsável pela empresa**  
**CPF/RG.**

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2020**  
**ANEXO VIII - (MODELO) DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

\_\_\_\_\_(nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em  
\_\_\_\_\_(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra assinado,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

declara, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório: **Pregão Presencial - SRP nº 02/2020**, estando ciente da obrigatoriedade de declara ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
Assinatura/Nome/RG

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2020**  
**ANEXO IX – (MODELO) DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO**  
**PORTE**

**DECLARAÇÃO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da Lei complementar nº 123/06.

- ( ) Microempresa ou  
( ) Empresa de Pequeno Porte

Obs: assinalar a opção acima.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

REPRESENTANTE LEGAL

**Obs:**

a) Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa ou papel timbrado contendo todos os dados da empresa.

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2020**

**ANEXO X – (MODELO) DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

\_\_\_\_\_(razão social da empresa)\_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, em conformidade com o



disposto no Edital de **Pregão Presencial SRP n° 02/2020**, sob as penas da Lei, em especial o artigo n° 299 do Código Penal Brasileiro, especificamente para participação no certame em epígrafe, que:

- a) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CAERR antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do representante legal

CPF n° \_\_\_\_\_  
RG n° \_\_\_\_\_

**PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 02/2020**  
**ANEXO XI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA N° \*\*/2020**  
**PROCESSO n.º 200/2019**  
**LICITAÇÃO n.º 02/2020 – Pregão Presencial- SRP**  
**VALIDADE: até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2020, A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAERR**, com sede na Rua Melvin Jones, n° 219, Bairro São Pedro, CEP 69.306-610, em Boa



Vista - RR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.939.467/0001-15, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 4.794-E/2002, Decreto Estadual 16.223-E/2013 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente **JAMES DA SILVA SERRADOR**, CPF: 376.027.482-04 doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

**FORNECEDOR:**

Itens 1, 2,....., com sede em....., em ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. ...., neste ato representada pelo Sr(a). ....., portador do RG n.º ....., CPF n.º .....

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DOS PREÇOS**

1.1. EVENTUAL aquisição de **MESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS, GELADEIRAS, FOGÃO, BEBEDOURO E CENTRAIS DE AR** conforme especificações contidas no termo de referência, anexo I do edital e proposta da contratada apresentada à Licitação nº. **02/2020** – Pregão Presencial SRP, abaixo especificado:

**LOTE I – MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTD.	MARCA /MODELO	Valor Unitário (RS)	Valor TOTAL (RS)
1	Cadeira giratória modelo presidente, com apoio de braços, com assento e encosto almofadados, com altura regulável a gás, revestida em tecido na cor azul, apoiada sob base giratória tipo aranha em aço com rodinhas.	UN.	20			
2	Cadeira tipo longarina fixa de 3 lugares em polipropileno injetado, na cor azul, estrutura em aço cromado, medindo 1415l x 82a x53p aproximadamente.	UN	20			
3	cadeira de escritório tipo secretária, base fixa, revestida em tecido, na cor azul.	UN	30			
4	Cadeira tipo secretária executiva giratória, cor azul, c/ braços reguláveis e regulagem do assento.	UN	25			
5	Cadeira fixa, com apoio de braços, com assento e encosto almofadado, revestida em tecido na cor azul. apoiada sob base fixa constituída por uma estrutura contínua em balanço, confeccionada em tubo de aço, com secção circular diâmetro de 1”, sendo que a parte inferior da estrutura em balanço contem quatro sapatas deslizantes injetadas em polipropileno para tubo circular.	UN	15			
6	Cadeira de escritório tipo secretária, base em aço inox tipo aranha, revestida em tecido, na cor azul.	UN	40			
7	Armário para escritório em aglomerado mdb revestida em fórmica laminada na cor azul, com duas portas, medindo aproximadamente 1,93cm de altura, 80cm de largura e 40cm de profundidade, equipado com fechadura.	UN.	15			
8	Armário misto para escritório em aglomerado mdb revestida em fórmica laminada na cor azul, com duas portas, medindo aproximadamente 1,60cm de altura, 90cm de largura e 40cm de profundidade, equipado com fechadura.	UN.	15			
9	Estante em aço, na cor azul, 2,00m de altura, 92cm de largura, 30cm de profundidade, 45kg aproximadamente.	UN.	30			
10	Armário em aço 02 portas, 04 prateleiras reguláveis, medindo aproximadamente 1,93 de altura, 0,80cm de largura, 0,40cm de profundidade aproximadamente, equipado com fechadura.	UN	10			
11	Arquivo em aço, na cor azul, com 04 gavetas, medindo 1,3m de altura, 0,47cm de largura, 0,57cm de profundidade proximadamente, equipado com fechadura.	UN	10			



12	Gaveteiro volante c/ 2 gavetas para escritório + 1 gaveta para pasta suspensa, com rodízios na cor azul/cinza.	UN	15			
13	Arquivo em aço, 7 gavetas, para fichas 5x8, medindo externamente 50cmx70cmx133.	UN	03			
14	Armário baixo, 2 portas com 01 prateleira fixa, 01 fechadura cilíndrica c/chaves e 2 puxadores em pvc, na cor azul/cinza	UN	15			
15	Armário tipo arquivo em aglomerado mdb revestida em fórmica laminada na cor azul, com quatro gavetas com fechadura, medindo aproximadamente 1,33cm de altura, 0,47cm de largura e 0,57cm de fundo aproximadamente.	UN.	15			
16	Mesa para escritório com tampo em aglomerado mdb revestida em fórmica laminada na cor azul, montada sobre estrutura metálica, medindo aproximadamente 1,50cm de comprimento, 0,75cm de altura, 0,60cm de largura, com três gavetas, com fechadura.	UN.	60			
17	Mesa de escritório para impressora, medindo 70x50, cor azul/cinza, com estrutura de aço carbono e tampo de mdf.	UN	15			
18	Mesa de reunião para 06 lugares, com tampo em aglomerado mdb revestida em fórmica laminada na cor azul, medindo 2,00m, 75cm de altura, 90cm de largura, po de 18mm, na cor azul, aproximadamente.	UN	20			
19	Geladeira, 240 litros, frost free 110 volts, cor branca classificação "A".	UN	15			
20	Bebedouro/purificador de água elétrico, 127v, tipo de parede, cor branca, com duas saídas de água (gelada e natural), marca ibbl ou similar, classificação "A".	UN	05			
21	Central de ar 12.000 btu's, tecnologia inverter, versão frio, tensão 220 volts, compressor rotativo, cor do painel branca ou gelo, com filtro bacteriano. deve possuir selo procel com classificação "a" no consumo de energia e certificado do inmetro, ajuste automático de temperatura assegurando a temperatura ideal do ambiente, aparelho ligado o menor tempo possível até garantir a temperatura ideal. garantia mínima de 12 (doze) meses. deve incluir, 01 manual de instruções em português, 01 condensador, 01 evaporador e 01 controle remoto sem fio, com display de cristal líquido, funções fan, speed, smart e swing.	UN	20			
22	Central de ar 18.000 btu's, tecnologia inverter, versão frio, tensão 220 volts, compressor rotativo, cor do painel branca ou gelo, com filtro bacteriano. deve possuir selo procel com classificação "a" no consumo de energia e certificado do inmetro, ajuste automático de temperatura assegurando a temperatura ideal do ambiente, aparelho ligado o menor tempo possível até garantir a temperatura ideal. garantia mínima de 12 (doze) meses. deve incluir, 01 manual de instruções em português, 01 condensador, 01 evaporador e 01 controle remoto sem fio, com display de cristal líquido, funções fan, speed, smart e swing.	UN	10			
23	Central de ar 24.000 btu's, tecnologia inverter, versão frio, tensão 220 volts, compressor rotativo, cor do painel branca ou gelo, com filtro bacteriano. deve possuir selo procel com classificação "a" no consumo de energia e certificado do inmetro, ajuste automático de temperatura assegurando a temperatura ideal do ambiente, aparelho ligado o menor tempo possível até garantir a temperatura ideal. garantia mínima de 12 (doze) meses. deve incluir, 01 manual de instruções em português, 01 condensador, 01 evaporador e 01 controle remoto sem fio, com display de cristal líquido, funções fan, speed, smart e swing.	UN	08			



SOMA TOTAL DOS ITENS: R\$ (POR EXTENSO)

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no Diário Oficial.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA**

3.1. O material deverá ser entregue, no prazo máximo de **30** (trinta) dias corridos, a contar do recebimento a contar do recebimento da AFOS – Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços pela **contratada**;

3.2. Em caso de imprevistos por parte da CONTRATADA, que venham a impossibilitar a entrega do material dentro do prazo previsto, a mesma deverá solicitar, em tempo hábil, uma prorrogação do referido prazo. Essa solicitação deverá ocorrer dentro do prazo inicial, e com tempo suficiente para que esta Companhia, por intermédio dos seus setores competentes, possa analisar o caso e emitir o parecer pertinente, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

3.2.1. Caso o pedido de prorrogação de prazo para a entrega do material seja feito intempestivamente, ou sem a devida justificativa e comprovação, o mesmo será indeferido. Inclusive, se o mesmo der entrada nesta Companhia após o encerramento do prazo inicial;

3.3. O material deverá ser entregue no almoxarifado da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, no horário das 07:30h às 13:00h, sito à Rua Melvin Jones nº 219, bairro São Pedro, na cidade de Boa Vista-RR, Telefone (95) 2121-2263; e

3.4. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, todos os custos e trabalhos inerentes ao transporte e desembarque - logística em geral, envolvendo a entrega do material, até que o mesmo seja descarregado no almoxarifado desta Companhia e tenha seu devido recebimento efetivado.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE GARANTIA**

4.1. O material em questão deverá apresentar garantia conforme indicado na especificação do item, devendo a mesma ser a contar da data da entrega; e

4.2. O material deverá ser novo e, isento de qualquer defeito de fabricação, avarias, sinais de uso, corrosão, ou qualquer outro aspecto que demonstre comprometer sua durabilidade, resistência e empregabilidade;

4.3. A troca do material em questão deverá ser realizada, caso, alguma embalagem apresente qualquer sinal que esteja em desacordo com o estabelecido nona proposta, dentro do prazo de garantia.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. Permitir o acesso dos funcionários da contratada às dependências da CAER, para a entrega do material;

5.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da contratada;

5.3. Comunicar à contratada sobre qualquer irregularidade quanto ao fornecimento do material;

5.4. Através da Divisão de Almoxarifado - DAL/CAER, receber o material constante da nota fiscal e AFOS, devendo na oportunidade confirmar o recebimento junto ao fornecedor;

5.5. O CERTIFICADO/ATESTADO, constante no verso da respectiva nota fiscal, será assinado pelo chefe da Divisão de Almoxarifado - DAL/CAER. Ocasão em que o mesmo estará afirmando que, o material está de acordo com o licitado, contratado e requisitado junto à contratada;

5.6. Efetuar o pagamento a(o) Contratada(o) conforme estabelecido neste instrumento;

5.7. Solicitar substituição do item que venha apresentar algum defeito dentro do prazo de garantia.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Fornecer o material conforme estabelecido neste instrumento, o qual deverá atender ao padrão de qualidade mínima;

6.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da CAER;

6.3. Responder por qualquer dano causado diretamente aos bens de propriedade da CAER, quando esse tenha sido ocasionado por seus funcionários durante a entrega do material constante do presente Termo de Referência;



- 6.4. Comunicar ao fiscal do contrato, qualquer anormalidade referente ao fornecimento do material, prestando os esclarecimentos julgados necessários com a maior brevidade e clareza possível, sempre por escrito e através de documentação própria para esse fim;
- 6.5. Descarregar o material no almoxarifado da CAER, de forma a facilitar o recebimento e a conferência dos mesmos;
- 6.6. Substituir os itens, que venham apresentar algum defeito quando da entrega, em até **10** (dez) dias úteis; e
- 6.7. Os custos da substituição do material rejeitado correrão, exclusivamente, por conta da Contratada.
- 6.8. A contratada deverá apresentar preposto responsável pela execução do contrato;
- 6.9. A empresa deverá indicar um endereço eletrônico email para contato, sendo exclusiva responsabilidade informar a CAER, qualquer mudança que possa influenciar no contratado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, com atesto da mesma na fiscalização da SEFAZ ( Secretaria da Fazenda) acompanhada das seguintes certidões abaixo relacionadas:

- a) Nota Fiscal e/ou Fatura dos Documentos do(s) produto(s) entregue(s), acompanhadas das respectivas Notas de Fornecimento;
- b) Prova de Regularidade com o FGTS (CRF – Certidão de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;
- c) Prova de Regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- d) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011), em validade.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme **Decreto Federal nº 5.512 de 15/08/2005**, admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade;
- f) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do proponente, em validade;
- g) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatranparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatranparencia.gov.br/ceis));
- h) Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.1. Lista de Inidôneos, mantida pelo tribunal de Contas da União – TCU;

7.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

Somente após aprovação/atesto do material pelo Fiscal do Contrato e/ou comissão para esse fim designada, o mesmo será efetivado no prazo de **30** (trinta) dias;

7.2. O pagamento será creditado em favor da Empresa contratada através de ordem bancária, devendo para isto, ficar explicitado na proposta os dados bancários, bem como: nome do titular, nome e código do banco, número da agência bancária e número da conta corrente, na qual deverá ser efetivado o crédito após a aceitação do material; e

7.3. Fica desde já, reservado à CAER, o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da entrega e aceitação do material, este não estiver de acordo com as especificações estabelecidas no Instrumento Contratual e AFOS – Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços;

7.4. No valor apresentado na proposta já deverá está incluído todos os tributos, contribuições e demais encargos que incidam ou venham a incidir na execução do objeto, os quais são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

7.5. As Certidões emitidas e entregues deverão está válidas na data da emissão da nota fiscal apresentada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas correrão à conta dos recursos próprios da CAER, consignados no orçamento da Companhia para o exercício de **2020**;



8.1.2. programa: 20501.17512492.181.003-812/001;

8.2. Em exercícios futuros, as despesas correrão a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

#### CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. A gestão da Contratação ficará a cargo do Gerente Administrativo - GEA/CAER e, o acompanhamento e a fiscalização ficarão sob a responsabilidade do Chefe da Divisão de Patrimônio, Protocolo e Arquivo - DPA/CAER;

9.2. O Chefe da Divisão do Patrimônio, Protocolo e Arquivo - DPA/CAER, será o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do respectivo Instrumento Contratual, nos termos do artigo 67, da Lei Federal n. 8.666/93, entre outras atribuições. Devendo anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

9.3. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a sua alçada de competência deverá o fiscal da Contratação, solicitar aos seus chefes imediatos, em tempo hábil, a adoção das medidas necessárias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes;

10.2. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado;

10.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro e Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da lei nº 8.666/93 (§1º do art.12, do decreto nº 7.892/13).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelada de pleno direito nas seguintes situações:

##### 11.2. Pela CAER:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Fornecimento Obras e Serviços - AFOS no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela CAER.

##### 11.3. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

11.4. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

11.4.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no “Diário Oficial do Estado” e em Jornal de Grande Circulação, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

11.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela CAER, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata;

11.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens;

11.7. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº. 8.666/93, a CAER adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.



#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso não justificado na execução do instrumento contratual, sem prejuízo da rescisão unilateral e de outras sanções previstas na Lei 8.666/93, às sanções administrativas previstas nas seguintes hipóteses:

**12.1.1.** Advertência por escrito; e

**12.1.2.** 5% (cinco por cento) sobre o valor da AFOS, por atraso na execução do objeto contratual quando superior a **10** dias, contados a partir do término do prazo estabelecido no instrumento contratual;

**12.2.** 15% (quinze por cento) sobre o valor da Contratação não realizado, no caso de:

**12.2.1.** Atraso superior a **30** (trinta) dias, no cumprimento das obrigações pactuadas no instrumento contratual, a partir da assinatura do mesmo;

**12.2.2.** Desistência da contratação; e

**12.2.3.** 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, caso a CONTRATADA venha a dar causa à rescisão contratual, sem prejuízo das ações cíveis ou criminais aplicáveis à espécie.

**12.3.** A suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a CONTRATANTE por um período não superior a **02** (dois) anos.

**12.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CAERR enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**12.5.** Os valores das multas mencionadas neste item serão descontados de qualquer fatura ou crédito da CONTRATADA em favor da CONTRATANTE; e

**12.6.** As penalidades estabelecidas neste item poderão ser suspensas em face de casos fortuitos, ou de força maior, desde que devidamente justificadas e comprovadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**13.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**a)** todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços;

**b)** É vedado caucionar ou utilizar a AFOS decorrente do presente registro para qualquer Operação financeira.

**13.2.** Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar esta ATA durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização desta Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAERR;

**13.3.** Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não dos serviços independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

**13.4.** As aquisições adicionais de que trata o subitem **13.3** não poderão exceder por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (Decreto Federal nº 9.488/2018);

**13.5.** O quantitativo decorrente das adesões desta Ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (Decreto Federal nº 9.488/2018);

**13.6.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

**14.1.** As partes elegem o foro da comarca de Boa Vista para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Boa Vista, de de 2020.

James da Silva Serrador



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

Presidente

Pelo Fornecedor: \_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do responsável pela empresa

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO XII DO PREGÃO SRP 02/2020  
MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº XXX/2020.**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA -  
CAERR, E AMESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS,  
GELADEIRAS, FOGÃO, BEBEDOURO E CENTRAIS DE  
AR, (PROCESSO 200/2019).**



A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAERR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219 – São Pedro, nesta cidade, doravante designado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente **JAMES DA SILVA SERRADOR**, RG nº 89.261 SSP-RR, CPF nº 376.027.482-04, em conjunto com Senhor Diretor Administrativo Financeiro - DAF, o Sr. THIAGO FERNANDES AMORIM, RG XXXXX SSP-RR, CPF nº XXX.XXX-XX, e do outro lado a empresa, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n. \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, aqui representada pelo sr, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, firmam entre si e de comum acordo o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada nos autos do Processo nº \_\_\_\_\_, e que se regerá pela **Lei 10.520**, de 17 de julho de 2002, **Decreto nº 7892** de 23 de janeiro de 2013, **Decreto nº 4.794-E**, de 03 de junho de 2002, Decreto Estadual 16.223-E, de 8 de outubro de 2013, **Decreto nº 5.504**, de 05 de agosto de 2005, e de forma subsidiária a disciplina da **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, e alterações, **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 7 de agosto de 2014 e pelos termos da proposta vencedora, e atendidas às cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. EVENTUAL aquisição de **MESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS, GELADEIRAS, FOGÃO, BEBEDOURO E CENTRAIS DE AR**, para suprir os setores e possibilitar o funcionamento eficiente desta Companhia nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando promover a qualidade de vida dos funcionários e usuários.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO**

2.1. Constituem parte integrante deste contrato, estando a eles vinculados, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- a) Edital pregão SRP nº 02/2020– CAER;
- b) Ata de Registro de Preços nº xx/2020;
- c) Proposta de preços da contratada.

2.2. Os documentos referidos na presente cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

3.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela aquisição dos materiais, conforme especificado na proposta de preços, de total responsabilidade da **CONTRATADA**, o valor total de R\$ \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas correrão à conta dos recursos próprios da CAER, consignados no orçamento da Companhia para o exercício de **2020**;

4.1.2. programa: **20501.17512492.181.003-812/001**;

4.2. Em exercícios futuros, as despesas correrão a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

5.1. O material deverá ser entregue, no prazo máximo de **30** (trinta) dias corridos, a contar do recebimento a contar do recebimento da AFOS – Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços pela **contratada**;

5.2. Em caso de imprevistos por parte da **CONTRATADA**, que venham a impossibilitar a entrega do material dentro do prazo previsto, a mesma deverá solicitar, em tempo hábil, uma prorrogação do referido prazo. Essa solicitação deverá ocorrer dentro do prazo inicial, e com tempo suficiente para que esta Companhia, por intermédio dos seus setores competentes, possa analisar o caso e emitir o parecer pertinente, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

5.2.1. Caso o pedido de prorrogação de prazo para a entrega do material seja feito intempestivamente, ou sem a devida justificativa e comprovação, o mesmo será indeferido. Inclusive, se o mesmo der entrada nesta Companhia após o encerramento do prazo inicial;



5.3. O material deverá ser entregue no almoxarifado da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, no horário das 07:30h às 13:00h, sito à Rua Melvin Jones nº 219, bairro São Pedro, na cidade de Boa Vista-RR, Telefone (95) 2121-2263; e

5.4. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, todos os custos e trabalhos inerentes ao transporte e desembarque - logística em geral, envolvendo a entrega do material, até que o mesmo seja descarregado no almoxarifado desta Companhia e tenha seu devido recebimento efetivado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE GARANTIA

6.1. O material em questão deverá apresentar garantia conforme indicado na especificação do item, devendo a mesma ser a contar da data da entrega; e

6.2. O material deverá ser novo e, isento de qualquer defeito de fabricação, avarias, sinais de uso, corrosão, ou qualquer outro aspecto que demonstre comprometer sua durabilidade, resistência e empregabilidade;

6.3. A troca do material em questão deverá ser realizada, caso, alguma embalagem apresente qualquer sinal que esteja em desacordo com o estabelecido nona proposta, dentro do prazo de garantia.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do Instrumento Contratual a ser celebrado entre as partes, para execução do fornecimento aqui proposto, será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato . Podendo este ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, com atesto da mesma na fiscalização da SEFAZ ( Secretaria da Fazenda) acompanhada das seguintes certidões abaixo relacionadas:

a) Nota Fiscal e/ou Fatura dos Documentos do(s) produto(s) entregue(s), acompanhadas das respectivas Notas de Fornecimento;

b) Prova de Regularidade com o FGTS (CRF – Certidão de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

c) Prova de Regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;

d) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011), em validade.

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme **Decreto Federal nº 5.512 de 15/08/2005**, admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade;

f) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do proponente, em validade;

g) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

h) Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

8.1.1. Lista de Inidôneos, mantida pelo tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

Somente após aprovação/atesto do material pelo Fiscal do Contrato e/ou comissão para esse fim designada, o mesmo será efetivado no prazo de 30 (trinta) dias;

8.2. O pagamento será creditado em favor da Empresa contratada através de ordem bancária, devendo para isto, ficar explicitado na proposta os dados bancários, bem como: nome do titular, nome e código do banco, número da agência bancária e número da conta corrente, na qual deverá ser efetivado o crédito após a aceitação do material; e



**8.3.** Fica desde já, reservado à CAER, o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da entrega e aceitação do material, este não estiver de acordo com as especificações estabelecidas no Instrumento Contratual e AFOS – Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços;

**8.4.** No valor apresentado na proposta já deverá estar incluído todos os tributos, contribuições e demais encargos que incidam ou venham a incidir na execução do objeto, os quais são de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**;

**8.5.** As Certidões emitidas e entregues deverão estar válidas na data da emissão da nota fiscal apresentada.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** Fornecer o material conforme estabelecido neste instrumento, o qual deverá atender ao padrão de qualidade mínima;

**9.2.** Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da CAER;

**9.3.** Responder por qualquer dano causado diretamente aos bens de propriedade da CAER, quando esse tenha sido ocasionado por seus funcionários durante a entrega do material constante do presente Termo de Referência;

**9.4.** Comunicar ao fiscal do contrato, qualquer anormalidade referente ao fornecimento do material, prestando os esclarecimentos julgados necessários com a maior brevidade e clareza possível, sempre por escrito e através de documentação própria para esse fim;

**9.5.** Descarregar o material no almoxarifado da CAER, de forma a facilitar o recebimento e a conferência dos mesmos;

**9.6.** Substituir os itens, que venham apresentar algum defeito quando da entrega, em até **10** (dez) dias úteis; e

**9.7.** Os custos da substituição do material rejeitado correrão, exclusivamente, por conta da Contratada.

**9.8.** A contratada deverá apresentar preposto responsável pela execução do contrato;

**9.9.** A empresa deverá indicar um endereço eletrônico email para contato, sendo exclusiva responsabilidade informar a CAER, qualquer mudança que possa influenciar no contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** Permitir o acesso dos funcionários da contratada às dependências da CAER, para a entrega do material;

**10.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da contratada;

**10.3.** Comunicar à contratada sobre qualquer irregularidade quanto ao fornecimento do material;

**10.4.** Através da Divisão de Almoxarifado - DAL/CAER, receber o material constante da nota fiscal e AFOS, devendo na oportunidade confirmar o recebimento junto ao fornecedor;

**10.5.** O CERTIFICO/ATESTADO, constante no verso da respectiva nota fiscal, será assinado pelo chefe da Divisão de Almoxarifado - DAL/CAER. Ocasão em que o mesmo estará afirmando que, o material está de acordo com o licitado, contratado e requisitado junto à contratada;

**10.6.** Efetuar o pagamento a(o) Contratada(o) conforme estabelecido neste instrumento;

**10.7.** Solicitar substituição do item que venha apresentar algum defeito dentro do prazo de garantia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**11.1.** O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante e as justificativas adequadas à situação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**12.1.** A rescisão do contrato ocorrerá motivadamente e com fundamento nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, e se dará com observância nos artigos 79 e 80 da mesma norma;

**12.1.1.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da contratada, a contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados;

**12.2.** No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, que após formalmente intimada, terá o prazo decadencial de 05 (cinco) dias úteis para manifestação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



**13.1.** A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso não justificado na execução do instrumento contratual, sem prejuízo da rescisão unilateral e de outras sanções previstas na Lei 8.666/93, às sanções administrativas previstas nas seguintes hipóteses:

**13.1.1.** Advertência por escrito; e

**13.1.2.** 5% (cinco por cento) sobre o valor da AFOS, por atraso na execução do objeto contratual quando superior a **10** dias, contados a partir do término do prazo estabelecido no instrumento contratual;

**13.2.** 15% (quinze por cento) sobre o valor da Contratação não realizado, no caso de:

**13.2.1.** Atraso superior a **30** (trinta) dias, no cumprimento das obrigações pactuadas no instrumento contratual, a partir da assinatura do mesmo;

**13.2.2.** Desistência da contratação; e

**13.2.3.** 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, caso a CONTRATADA venha a dar causa à rescisão contratual, sem prejuízo das ações cíveis ou criminais aplicáveis à espécie.

**13.3.** A suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a CONTRATANTE por um período não superior a **02** (dois) anos.

**13.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CAERR enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**13.5.** Os valores das multas mencionadas neste item serão descontados de qualquer fatura ou crédito da CONTRATADA em favor da CONTRATANTE; e

**13.6.** As penalidades estabelecidas neste item poderão ser suspensas em face de casos fortuitos, ou de força maior, desde que devidamente justificadas e comprovadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**14.1.** A gestão da Contratação ficará a cargo do Gerente Administrativo - GEA/CAER e, o acompanhamento e a fiscalização ficarão sob a responsabilidade do Chefe da Divisão de Patrimônio, Protocolo e Arquivo - DPA/CAER;

**14.2.** O Chefe da Divisão do Patrimônio, Protocolo e Arquivo - DPA/CAER, será o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do respectivo Instrumento Contratual, nos termos do artigo 67, da Lei Federal n. 8.666/93, entre outras atribuições. Devendo anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

**14.3.** Quando as decisões e as providências ultrapassarem a sua alçada de competência deverá o fiscal da Contratação, solicitar aos seus chefes imediatos, em tempo hábil, a adoção das medidas necessárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** A execução do presente contrato obedecerá às disposições da Lei 8.666/93, sendo que todas as dúvidas decorrentes da execução contratual serão dirimidas preservando-se os direitos da CONTRATADA, sem prejuízo do interesse público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** À CONTRATANTE se reserva o direito de, a qualquer tempo descontar dos créditos eventualmente existentes, toda e qualquer importância que lhe for devida pela CONTRATADA, por descumprimento ou infringência das cláusulas ajustadas no presente contrato;

**16.2.** Pela inexecução total ou parcial da entrega do material licitado, a CONTRATADA estará sujeita a multa correspondente de 10% (dez por cento) do preço total ora ajustado. As multas moratórias e compensatórias serão autônomas, a aplicação de uma não excluindo a da outra, ambas independentes e cumulativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**17.1.** A CONTRATANTE poderá a qualquer tempo promover unilateralmente a extinção antecipada do Termo Contratual, desde que se configurem quaisquer hipóteses elencadas nos Art. 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima  
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo: 200/2019  
Folha nº \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**Parágrafo Segundo** – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

**18.1.** A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado – DOE/RR, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**19.1.** As partes elegem o foro da comarca de Boa Vista-RR como único competente para dirimir quaisquer pendências decorrentes do presente instrumento, renunciando a qualquer outro mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor.

Boa Vista, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**JAMES DA SILVA SERRADOR**  
Presidente/CAERR

**THIAGO FERNANDES AMORIM**  
Diretor Administrativo Financeiro – DAF

\_\_\_\_\_  
Representante da Contratada

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ CPF n. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF n. \_\_\_\_\_